Revista IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas unidades de produção camponesas do assentamento "8 de Junho", em Laranjeiras do Sul – PR[1]

The Food Acquisition Program's (PAA) impacts in the peasant production units of the rural settlement "8 de Junho" in Laranjeiras do Sul, state of Paraná

Estevan Leopoldo de Freitas Coca[2]

Resumo

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo Governo Federal brasileiro no ano de 2003, tendo dois objetivos centrais: i) a compra governamental de produtos oriundos da agricultura camponesa, pagando por eles preços de mercado; e ii)doar esses alimentos para instituições que atendem pessoas em condição de vulnerabilidade social. Neste artigo, analisamos os impactos causados pelo PAA em unidades de produção camponesas do assentamento "8 de Junho", em Laranjeiras do Sul – PR. Destacamos a atuação da Cooperativa do Assentamento "8 de Junho" (Cooperjunho), que auxilia os

[1] Este trabalho contém resultados da pesquisa de doutorado, em andamento, A soberania alimentar através do Estado e da sociedade: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil, e a rede *Farmto Cafeteria Canada*, no Canadá, que foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), entre março de 2013 e agosto de 2016.

[2] Professor colaborador da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Correio eletrônico: estevanleopoldo@yahoo.com.br.

camponeses assentados nos processos de produção, beneficiamento e comercialização dos seus produtos.
Palavras-chave:*Políticas Públicas; Programa de Aquisição de Alimentos; mercado institucional; assentamento "8 de Junho".*

Abstract

The Food Acquisition Program was created by Brazilian Federal Government in 2003 and it has two major goals: i) the public purchase of the products from peasant agriculture, paying for them market prices and; ii) the donation of these products to institutions that meet people in social vulnerability condition. This article deals with the impacts of the PAA in peasants production units of rural settlement "8 de Junho", in Laranjeiras do Sul, state of Paraná. We highlight the performance of Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (Cooperjunho) that helps peasants in the processes of production, processing and marketing of its products.
Key-words: *Food Acquisition Program; institutional markets; rural settlement "8 de Junho".*

1. Introdução

Desde 2003, o Governo Federal brasileiro tem efetivado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que prevê a compra institucional de produtos da agricultura camponesa para doação à população de baixa renda, contribuindo para a segurança alimentar e a elevação de renda dos agricultores (COCA, 2016a; GRISA et al., 2011a). Tal iniciativa atende a uma antiga demanda de movimentos socioterritoriais vinculados à coalizão global *La Via Campesina*, que cobravam do Governo Federal políticas públicas que contribuíssem para a comercialização dos produtos gerados nas unidades de produção camponesas(MULLER, 2007). Além disso, o PAA também vem ao encontro da proposta do ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, de combater a fome no Brasil (WITTMAN; BLESH, 2015).

Neste artigo são analisados os impactos causados pelo PAA em unidades de produção camponesas do assentamento "8 de Junho", em Laranjeiras do Sul – PR. Esse assentamento foi conquistado por meio da luta pela terra, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além dos aspectos produtivos, atualmente ele também se destaca por possuir um campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), resultado de uma antiga demanda de lideranças políticas regionais (COCA, 2015).

No texto é destacada a atuação da Cooperativa Agroindustrial "8 de Junho" (Cooperjunho), que auxilia os camponeses assentados nos processos de produção, beneficiamento e comercialização dos seus produtos. Por intermédio da Cooperjunho, os assentados têm tido a possibilidade de comercializar seus produtos no mercado institucional.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com camponeses vinculados à Cooperjunho para compreensão dos impactos causados pelo PAA em suas unidades de produção.Essas entrevistas foram codificadas por meio do software Atlas.ti. Após uma análise qualitativa, foram observados os seguintes impactos: aumento da renda, diversificação produtiva, melhoria na alimentação da família produtora, valorização do trabalho feminino e incentivo à organização coletiva dos assentados.

O artigo está dividido em três partes, além da presente introdução e das considerações finais. Na primeira, é feita a apresentação do PAA como política pública criada pelo Governo Federal brasileiro num contexto em que o combate à fome ganhou grande relevância. Na segunda parte, evidencia-se uma leitura geral do acesso ao PAA no assentamento "8 de Junho". São abordadas questões como: a

constituição da Cooperjunho e a diversidade dos produtos comercializados por ela através do mercado institucional. Por fim, é feita uma análise dos impactos do PAA nas unidades de produção camponesas.

2. A emergência do PAA no contexto do Programa Fome Zero

Assim que assumiu a Presidência da República no ano de 2003, Luís Inácio Lula da Silva teve como um dos principais objetivos de seu governo o combate à fome. Em seu discurso de posse, ele destacou: "[...] se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida" (Luís Inácio Lula da Silva – ex-presidente da República, 1/1/2003).

Já no primeiro ano do Governo Lula foi instituído o Programa Fome Zero (PFZ)[3], que assumiu caráter prioritário (MÜLLER; SILVA; SCHNEIDER, 2012). Para conduzi-lo, foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA), com a finalidade de elaborar, implementar e coordenar políticas de segurança alimentar em escala nacional.

As propostas do PFZ foram divididas em dois segmentos: i) ações estruturais como a oferta de emprego e geração de renda; instituição da previdência social universal; incentivo à agricultura de base familiar; intensificação das políticas de reforma agrária; incentivo financeiro para

[3] O Programa Fome Zero teve origem em 2001, por meio de uma proposta apresentada por Lula da Silva,por intermédio do Instituto Cidadania.

famílias de baixa renda manter os filhos na escola; política de renda mínima; e ii) políticas específicas como a oferta de cupons de alimentação; doação de cestas básicas emergenciais; manutenção de estoques de alimentos; segurança e qualidade dos alimentos; combate à desnutrição infantil e materna; ampliação e melhora da merenda escolar; e educação para o consumo alimentar (SILVA; GROSSI; FRANÇA, 2010).

Ainda em 2003, ocorreu a reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), fato certificado pelo Decreto de nº4.582, de 30 de janeiro de 2003[4]. O Consea passou a desempenhar a função de assessoramento imediato da Presidência da República, sendo responsável por propor as diretrizes gerais da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Poder Executivo (LEÃO; MALUF, 2009). De acordo com o parágrafo único do referido decreto, o Consea é também o responsável pela criação de conselhos de segurança alimentar e nutricional em níveis estadual e municipal.

Como parte das ações estruturantes do PFZ e atendendo a uma antiga demanda dos movimentos socioterritoriais (especialmente o MST e o MPA), o PAA foi instituído pela Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, a qual dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de

[4] A primeira formulação do Consea data de 1992, quando Luís Inácio Lula da Silva, representando o Instituto Cidadania, apresentou ao então Presidente da República, Itamar Franco, a proposta de implementação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A sugestão foi aceita e o Consea foi instalado no mesmo ano. Contudo, já no princípio do Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, foi substituído pelo Programa Comunidade Solidária (PORTO et al., 2014).

operações de crédito rural, além de dar outras providências[5]. O artigo 19 determina:

> Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2003b).

O PAA foi criado com os seguintes objetivos:

> – garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias para atender as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional;
> – contribuir para formação de estoques estratégicos;
> –permitir aos agricultores e às agricultoras familiares que estoquem seus produtos para ser comercializados a preços mais justos;
> – promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar;
> – abastecer o mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, incluída a alimentação escolar (MDS, 2010).

A Lei nº10.696/2003 estabeleceu também que essa política pública deveria ser organizada e implementada por um Grupo Gestor formado por representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão (MOPG) e Gabinete do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (Mesa). Posteriormente, o Grupo Gestor foi

[5] Na dissertação de Muller (2007), consta que a inserção do PAA em uma lei de repactuação das dívidas de camponeses com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi um subterfúgio utilizado pela equipe do Mesa para facilitar a aprovação legal dessa política pública.

modificado pelo Decreto nº5.873, de 15 de agosto de 2006, em razão da substituição do Mesa pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Outra modificação ocorreu por meio do Decreto nº6.447, de 7 de maio de 2008,que incluiu o Ministério da Educação, em razão da criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

No que se refere à possibilidade do Governo Federal comprar os produtos camponeses sem a necessidade de licitação, a Lei de nº 10.696, de 2 de julho de 2003. representou um considerável avanço para a desburocratização do mercado institucional de alimentos (GRISA et al., 2011b). Até então, vigorava a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a qual requeria a existência de licitações para as compras realizadas pelos órgãos públicos. A instituição do PAA possibilitou a compra dos produtos agropecuários sem o uso de licitações, obedecendo aos preços do mercado local. Essa possibilidade se estendeu apenas aos produtos gerados nas unidades familiares de produção e não aos produtos gerados pelo agronegócio. Todos os agricultores que se enquadram no Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) podem ter acesso ao PAA, desde que cumpram a exigência de apresentara Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento elaborado por órgãos autorizados pelo MDA que certifica a unidade de produção como de base familiar.

A respeito dos tipos de camponeses que podem ter acesso ao PAA são importantes fontes de consulta: i) a Portaria de nº111 do MDA, de 20 de novembro de 2003, na qual consta a inclusão dos agricultores sem-terra acampados; ii) a Lei de nº11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; e iii) o

Decreto da Presidência da República de nº 6.040, instituído em 7 de fevereiro de 2007, no qual consta o entendimento dos povos tradicionais (quilombolas, pescadores artesanais, faxinais, fundos de pasto e outros) como sujeitos das políticas públicas.

A operacionalização do PAA se dá através de seis modalidades (Quadro 1). Os recursos para sua efetivação têm origem no MDA e no MDS[6]. As modalidades Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, Compra Direta da Agricultura Familiar, Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar e Aquisição de Sementes são operacionalizadas pela Conab. Já as modalidades Incentivo à Produção e Consumo do Leite e Compra Institucional são operacionalizadas pelos estados e municípios.

Em todas as modalidades do PAA existe o incentivo para que os camponeses se organizem em associações ou cooperativas, haja vista que quando isso ocorre o valor das cotas anuais é maior.

Também é importante ressaltar que a Resolução do Grupo Gestor do PAA de nº2011/1944 estabeleceu que deve haver no mínimo 40% de mulheres entre os membros da entidades proponentes da modalidade Compra com Doação Simultânea e 30% na modalidade Formação de Estoque para a Agricultura Familiar. Essa exigência se deve ao fato de que uma das limitações observadas nos primeiros anos de implementação do PAA foi a baixa participação das mulheres (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2014).

[6] Entre 2003 e 2005 os recursos do PAA provinham exclusivamente do MDS. Porém, desde 2006, recursos do MDA também foram incorporados a esta política pública de fomento da agricultura camponesa.

Quadro 1 – Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de acesso	Limite por camponês (em R$)	Ação
Compra com Doação Simultânea	Individual	6.5 mil por ano	Responsável pela doação de produtos de origem camponesa a pessoas em situação de fome que compõem o público atendido pela rede socioassistencial em nível local.
	Organizações (cooperativas/ associações)	8 mil por ano	
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Organizações (cooperativas/ associações)	8 mil por ano	Visa à formação de estoques públicos de alimentos adquiridos dos camponeses. Os produtos são entregues em unidades armazenadoras da Conab ou em pólos fixos e volantes de compra.
Compra Direta da Agricultura Familiar	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	8 mil por ano	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em situação de fome.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	4 mil por semestre	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social. Atende os estados do Nordeste e o norte de Minas Gerais.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/ associações)	8 mil por ano	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, estados, Distrito Federal e municípios.
Aquisição de Sementes	Organizações (cooperativas/ associações)	16 mil por ano	São adquiridas sementes que não sejam geneticamente modificadas, as quais são doadas para camponeses que tenham DAP, com prioridade para: os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); sdmulheres; assentados; os indígenas quilombolas e os demais povos e comunidades tradicionais. O destino das sementes pode ser a alimentação humana ou animal.

Fonte: MDA, (2014; 2015). Organização: Estevan Coca.

Além disso, a partir da promulgação da Resolução nº 12, de 11 de maio de 2004, pelo Grupo Gestor do PAA, ficou estabelecido que os produtos orgânicos devem ser adquiridos por um valor 30% superior aos convencionais[7]. Com isso, os camponeses proponentes do PAA têm sido incentivados a adotar métodos de produção que visam a uma relação amistosa entre a agricultura e o meio ambiente (GALINDO; SAMBUICHI; OLIVEIRA, 2014).

Feita essa apresentação, a sequência do trabalho traz a leitura dos impactos dessa política pública em unidades camponesas de produção no assentamento "8 de Junho", em Laranjeiras do Sul (PR).

3. O PAA no assentamento "8 de Junho"

O assentamento "8 de Junho", localizado em Laranjeiras do Sul, no estado do Paraná, ocupa 1.477 hectares e possui capacidade para 74 famílias. Ele foi conquistado em consequência da luta de camponeses vinculados ao MST, que acamparam nas margens da BR 158 em um trecho que atravessava no sentido norte-sul a fazenda Rio do Leão, no dia 8 de junho de 1997 (CEZIMBRA, 2013). Em janeiro de 1998, o acampamento foi transferido para a sede da fazenda. Isso fez com que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) se manifestasse, solicitando aos camponeses acampados que se retirassem da área para que fosse elaborada a vistoria. Essa solicitação foi atendida pelos camponeses, que no dia 8 de junho de 1998 voltaram para a BR

[7] Reafirmaram essa premissa a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012.

158. A desapropriação da área ocorreu em 11 de novembro de 1999 e a criação do assentamento em 25 de setembro de 2000. Foi dado ao assentamento o nome "8 de Junho" porque essa data marcava a criação dos dois acampamentos formados pelos camponeses sem-terra nas margens da BR 158.

Dos 74 lotes que o assentamento possui, apenas 71 são ocupados por unidades de produção camponesas, já que três deles foram destinados para a instalação de um campus da UFFS[8], no qual são oferecidos os seguintes cursos: Agronomia, Ciências Econômicas (com ênfase em Economia Solidária), Engenharia de Alimentos, Engenharia de Aquicultura, Interdisciplinar em Educação do Campo e Educação do Campo, Ciências Humanas e Sociais. A presença dessa unidade universitária dentro do assentamento era uma antiga demanda de lideranças políticas de Laranjeiras do Sul e dos municípios circunvizinhos, e é um exemplo da importância dos camponeses na discussão sobre o desenvolvimento regional (COCA, 2016b).

A primeira iniciativa de organização coletiva dos camponeses assentados ocorreu no ano de 2001, com a criação de uma associação comunitária. Por ela, o PAA passou a ser efetivado no assentamento no ano de 2005. Em 2007, a associação deu lugar à Cooperjunho. De acordo com I. A., que participou da associação e atualmente ocupa a função de presidente da Cooperjunho, os motivos dessa mudança foram os seguintes:

[8] As famílias que viviam nesses lotes foram realocadas para o assentamento Celso Furtado, no município de Quedas do Iguaçu.

> [...] em 2005 foi feito o primeiro PAA, isso tudo via associação ainda. Na época era mais tranquilo, eram questões em que a associação supria as nossas necessidades. Só que acontece que, quando a gente começou a trabalhar com os primeiros programas, ali em 2007, a gente percebeu: "Ah, se a gente produzir um pouquinho a mais, a gente vai vender para quem? A gente não tem nota fiscal, a legislação não permite que a associação faça comércio." Daí a cooperativa veio de uma discussão de um mesmo grupo que já estava trabalhando com a associação (I. A. – presidente da Cooperjunho – 27/8/2013).

Portanto, a formação da Cooperjunho teve como motivo central facilitar a participação dos camponeses assentados nos programas governamentais de compra de alimentos, além de possibilitar a venda de produtos que não teriam esse destino.

A associação anterior englobava todas as famílias assentadas, já na cooperativa o ingresso ocorre pela adesão voluntária. Atualmente, cerca de 50 famílias estão vinculadas à Cooperjunho.

Além dos programas governamentais de compra de alimentos, outras ações que visam melhorar a renda dos camponeses assentados são executadas pela Cooperjunho como a venda de refeições (ex.: café colonial e marmitex), o gerenciamento e abastecimento da cantina do campus da UFFS, localizado no assentamento, e a participação na feira agroecológica que acontece na praça central de Laranjeiras do Sul[9].

Os camponeses vinculados à Cooperjunho que participam do PAA estão vinculados também à modalidade Compra Direta com Doação Simultânea. Dentre os produtos oferecidos constam: i)os *in natura*

[9] Está em fase de construção um laticínio por meio do qual os dirigentes da Cooperjunho pretendem vender o leite agroecológico.

(abóbora, abobrinha, acelga, alface, almeirão, amendoim, batata, beterraba, brócolis, cenoura, cheiro-verde, chuchu, melancia, milho, pepino, quirera de milho, rabanete, raiz de mandioca, repolho e salsa); e ii)os que são processados (bolacha, doce de jabuticaba, macarrão e pão).

Por essa relação percebemos que a oferta de alimentos é diversificada, sendo que muitos produtos que certamente não teriam valor comercial podem ser vendidos no mercado institucional através do PAA.Além disso, essa diversidade também propicia às pessoas em condição de vulnerabilidade social que recebem esses produtos por meio de entidades assistenciais a prática de uma dieta que não se resume a produtos industrializados de baixo valor nutricional.

Outro fator que merece destaque na atuação da Cooperjunho no PAA é a capacidade de processar alimentos. Na sede da cooperativa existe uma cozinha e uma panificadora industriais. Isso faz com que os camponeses consigam agregar valor aos produtos gerados em seus lotes, obtendo por eles maior valor comercial. Por exemplo: no ano de 2010, o maior valor obtido com a venda de produtos *in natura* foi com a alface, R$ 4.851,00. Quanto aos produtos processados, os valores foram bem superiores, com destaque para os seguintes: bolachas, R$ 11.000,00;doce de jabuticaba, R$ 10.200,00;pão, R$ 10.080,00;e macarrão, R$ 6.270,00[10].

Dentre as entidades que receberam os alimentos adquiridos dos camponeses vinculados à Cooperjunho destacam-se: associações de pais e mestres de escolas municipais, asilos, a unidade da Associação de Pais

[10] Dados cedidos pela Conab.

e Amigos de Excepcionais (Apae) de Laranjeiras do Sul, comunidades terapêuticas, creches e entidades religiosas.

Nesse sentido, o PAA tem desempenhado duas funções principais em Laranjeiras do Sul: de um lado, tem contribuído para a comercialização de produtos cultivados por camponeses assentados; de outro, tem contribuído para a oferta de alimentos diversificados para pessoas que são atendidas por entidades socioassistenciais.

A partir desse panorama geral, será apresentada, na próxima seção, uma análise dos impactos que o PAA tem causado nas unidades de produção dos camponeses assentados vinculados à Cooperjunho.

4. Impactos do PAA em unidades de produção camponesas no assentamento "08 de Junho"

A participação no PAA via Cooperjunho tem contribuído para a viabilização das unidades de produção dos camponeses do assentamento "8 de Junho". Além de gerar a **melhoria e a garantia de renda**,essa política pública também tem influenciado a **diversificação produtiva** e a consequente **melhoria da alimentação das famílias**, a **valorização do trabalho feminino** e o **fortalecimento de práticas coletivas**.A seguir, são discutidos estes pontos e alguns problemas a eles relacionados.

Para os camponeses entrevistados, é consensual que a principal importância do PAA reside na **garantia e na melhoria da renda**. Isso pode ser explicado pela dificuldade em obter uma renda que possibilite suprir suas necessidades básicas, o que tem sido um dos maiores obstáculos para que permaneçam na terra.

Vale ressaltar que, em escala mundial, de cada quatro pessoas que vivem em condição de miséria, três são camponesas (BANCO MUNDIAL, 2008). Em razão disso, surgem outros problemas, dentre os quais se destaca a fome.

Mazoyer e Roudart (2009) defendem, ainda, que a condição de miséria por parte dos camponeses pode ser explicada pelo fato de que os preços dos alimentos são controlados pelo mercado internacional, sendo nivelados por baixo, o que favorece as grandes corporações. Nesse sentido, a criação de mercados alternativos, através dos quais os produtos camponeses são vendidos por preços que possibilitem aos agricultores permanecerem na terra é uma condição *sine qua non* para se discutir o combate à fome e à pobreza.

> Para permitir que todos os camponeses do mundo construam e explorem sustentavelmente ecossistemas cultivados, capazes de produzir, sem danos ao meio ambiente, um máximo de gêneros alimentícios seguros e de qualidade é imprescindível parar a guerra de preços internacionais. É preciso romper com a liberalização das trocas, que tende a alinhar por toda parte os preços sobre aqueles mais baratos dos exportadores de excedentes. Como vimos, tais preços empobrecem e deixam famintas centenas de milhões de moradores do campo, que intensificam o fluxo de êxodo rural, o desemprego e a miséria urbana, reduzindo, assim, para bem abaixo da demanda daqueles que têm poder aquisitivo. Além disso, ao excluir da produção regiões inteiras e milhões de camponeses e ao desencorajar a produção daqueles que permanecem, esses preços limitam a produção agrícola a muito aquém do que seria possível com as técnicas de produção sustentável conhecidas em nossos dias. Tais preços, que engendram por sua vez o subconsumo alimentar e a subutilização dos recursos agrícolas, são, portanto, duplamente malthusianos. Além do mais, eles pressionam negativamente o meio-ambiente, a segurança sanitária e a qualidade dos produtos. Os produtos agrícolas e alimentares não são mercadorias como as outras: seu preço é o da vida e, abaixo de certo patamar, o da morte (MAZOYER e ROUDART, 2008, p. 34).

Assim, é defendida a tese de que a liberalização dos mercados, característica central das políticas neoliberais, é um dos fatores que contribui para que os camponeses tenham dificuldade em obter uma renda suficiente para poder atender suas necessidades mais prementes.

Nesse sentido, a criação de mercados institucionais de alimentos é uma das medidas que podem romper com o processo de inviabilização de milhões de unidades de produção camponesas no mundo (DE SCHUTTER, 2014).

O camponês assentado V. C., antes de participar do mercado institucional de alimentos pelo PAA, produzia grãos em seu lote, especialmente milho, feijão e soja. Estes produtos eram comercializados com grandes cooperativas do agronegócio como a Cooperativa de Produtores de Grãos (Coopergrão)[11] e a Cooperativa Agroindustrial (Coasul). Sobre a condição de vida naquela época, ele diz o seguinte:

> Olha, passava dificuldade, com certeza passava dificuldade. Eu plantava umas culturas aqui que seria mais ou menos o feijão, a gente colhe a partir de três meses; o milho, cinco a seis meses; a soja a mesma coisa, então a gente ficava um longo tempo sem pegar dinheiro, então era mais dificultoso (V. C.–cooperado da Cooperjunho e beneficiário do PAA – 27/8/2014).

O principal ponto dessa fala é que quando V. C. e sua família produziam grãos, a renda obtida por eles não era freqüente. Nos períodos de colheita, se tudo corresse bem, eles recebiam pelos seus produtos, porém na entressafra eles não tinham rendimento financeiro.

[11] Desde 2013 a Coopergrão foi incorporada à Cooperativa de Produtores de Sementes de Laranjeiras (Cooprossel).

Com a participação no PAA, o assentado diz que houve uma relativa melhoria na renda familiar: "Não vou dizer cem por cento, mas com certeza setenta, oitenta por cento aumentou" (V. C. cooperado da Cooperjunho e beneficiário do PAA – 27/8/2014). Além de receber com mais frequência pelos produtos do seu lote, ele passou a ter rendimentos maiores.

O camponês assentado J. A. também reconhece que antes dele se tornar beneficiário do PAA pela Cooperjunho as condições financeiras eram piores.

> Antes a gente trabalhava mais com a lavoura mesmo. Com soja e com milho. As dificuldades eram maiores [...] Na verdade eu trabalhava mais para pagar os bancos do que para sobreviver. Hoje a gente tem uma renda melhor com o PAA [...] (J. A.– cooperado da Cooperjunho e beneficiário do PAA – 27/8/2014).

O relato desse assentado demonstra como os camponeses encontram dificuldades para viabilizar suas unidades de produção quando a única alternativa que possuem é competir no mercado capitalista. Ele diz que o rendimento anterior, obtido por meio da produção de grãos, era usado majoritariamente para saldar dívidas com os bancos. Essa é a sina de grande parte dos agricultores de base familiar brasileiros na atualidade.Entre os assentados, o número de endividados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) chega a 80% (MST, 2014). Ou seja, os rendimentos obtidos pelos assentados não têm sido satisfatórios a ponto de permitir que eles sequer saldem as dívidas que possuem com financiamentos, ficando impossibilitados de conseguir outras linhas de crédito.

O camponês assentado defende que o PAA trouxe uma considerável melhoria de renda, todavia algumas dificuldades também são pontuadas:

> Sem dúvida nenhuma a melhora foi muito grande. Porém, a comercialização com o PAA não tem uma renda fixa. Tu vai fazer um contrato antes e depois produzir. Você entrega, mais atrasa um pouco pra receber. O único problema que a gente encontrou com o PAA é que atrasa um pouco pra receber. [...] O PAA é muito bom. Ele pode revolucionar a agricultura familiar (J. A.– cooperado da Cooperjunho e beneficiário do PAA – 27/8/2014).

Em meio aos elogios ao PAA, principalmente motivados pela melhoria de renda, o camponês assentado faz ponderações quanto aos aspectos burocráticos relacionados a essa política pública.

Concernente a essa opinião, a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o MST (2014), avaliando as políticas públicas de aquisição de alimentos, defendem que a burocracia tanto para firmar os contratos de venda dos alimentos como para a prestação de contas é um dos principais problemas a serem superados para que essa política pública seja mais eficaz.

Outra queixa apresentada pelos camponeses beneficiários do PAA refere-se ao baixo valor da cota anual. O presidente da Cooperjunho avalia que a cota

> poderia ser maior, principalmente para as regiões que têm grandes centros próximos. Por exemplo, aqui na nossa região, como é bastante rural, você pega o PAA e o Pnae, somando os dois não precisa... [...] O volume fica grande. Mas é um problema, para algumas famílias é um problema. Às vezes,

> aqueles que têm vontade de produzir mais esse tipo de coisa, com quatro e quinhentos não passam o ano. Então diz assim: "Eu vou produzir isso, mais eu não posso viver só disso, eu preciso de outra coisa também" e acaba dando esses problemas. Eu vejo que não deveria ter esse limite, deveria ter uma variação individual na hora de apresentar o projeto. Um tem capacidade de produzir quinze mil, produz quinze mil. Outro tem capacidade de produzir doze, produz doze. Não fazer uma média geral. Eu acho que isso é complicado de trabalhar (I. A.– presidente da Cooperjunho – 27/8/2013).

Tal defesa é reforçada por V. C.

> [...] no PAA eu peguei em torno de quatro mil reais, se fosse doze, pra mim, mil por mês em média, seria excelente. Então, é muito pouco no PAA. O PNAE eu já peguei um pouquinho mais, peguei em torno de sete a oito, mais ou menos, vamos ver até fechar o ano o que vai sobrar, mas a promessa pra mim vai ficar em torno de oito mil. Então, se tivesse os dois, em torno de doze mil cada um, excelente, seria show de bola (V. C.–cooperado da Cooperjunho e beneficiário do PAA – 27/8/2014).

Assim, constata-se que os camponeses beneficiários avaliam que se a cota anual do PAA fosse maior, facilitaria a sua reprodução socioeconômica. Sobre tal assertiva, vale lembrar a contribuição de Chayanov (1981), o qual ensina que nas unidades de produção camponesas, o trabalho da família se desenvolve com base na equação entre a sua penosidade e a satisfação da demanda familiar, o que ele denomina de "grau de autoexploração". Desse modo, o camponês não trabalha para obter o lucro maximizado, que é o objetivo central das unidades de produção capitalistas.

Entretanto, mesmo que isso não fique evidente na fala dos entrevistados, pode-se intuir que os assentados defendem o aumento da

cota anual do PAA por dois motivos: i) a força de trabalho de suas famílias e a terra de que dispõem não têm sido utilizadas em toda a sua capacidade; e ii) a renda obtida por essa política pública não supre as necessidades básicas da família.

Além da renda, outro importante impacto que o PAA tem causado nas unidades de produção camponesas do assentamento "8 de Junho"é a **diversificação produtiva**. Como já demonstramos nos depoimentos de V. C. e J. A., antes de ter acesso a essa política pública, a principal atividade, em seus lotes, era a lavoura de grãos (milho, feijão e soja, principalmente). Com isso, eles ficavam dependentes das grandes cooperativas para comercializar a sua produção. Porém, desde que passaram a ser beneficiários do PAA, houve uma diversificação produtiva, já que por essa política pública eles podem comercializar no mercado institucional vários tipos de alimentos.

Quando indagado sobre os tipos de produtos que entrega às entidades beneficentes pelo PAA, V. C. deixa isso claro:

> É bem diversificado. É que cada época tem o seu alimento, por exemplo, no inverno não vai ter melancia, no verão tem a melancia. No inverno vão mais legumes, no verão vão menos.Então, a gente vai de acordo com os pedidos e vai entregando. Planta, e o que sobra, a gente ainda vende na cidade (V. C.– cooperado da Cooperjunho e beneficiário do PAA – 27/8/2014).

O problema que era vivenciado quando predominava no lote a produção de grãos, de não ter o que comercializar na época da entressafra,não se repete com o PAA, pois o camponês assentado tem a possibilidade de comercializar os produtos característicos de cada época

do ano. Isso contribui também para que o excedente dos produtos seja comercializado na cidade, em estabelecimentos comerciais e na feira agroecológica que ocorre semanalmente na praça central de Laranjeiras do Sul.

Mesmo assim, a principal atividade agropecuária do assentamento ainda é a produção de leite. O depoimento do presidente da Cooperjunho evidencia alguns dos motivos que contribuem para isso:

> Hoje, 90% das famílias produzem leite em grande quantidade. Como é uma disputa grande com as grandes empresas, então, muita gente produz somente o leite. E como o leite, nos últimos anos está com um preço bom, pode se dizer que nos últimos cinco ou seis anos o pessoal ganhou dinheiro com leite, então, já se investiu muito nessa área. Tem famílias que têm vontade, mas aí está só o casal lá, então pra trabalhar com verdura precisa de uma mão de obra maior (I. A. presidente da Cooperjunho– 27/8/2013).

Por essa declaração percebe-se que produção de leite destaca-se por dois motivos: i)ela tem sido rentável nos últimos anos, superando outras atividades agropecuárias; e ii)ela exige menor dispêndio de mão de obra. Todavia, o fato de o leite ser a opção de produção da maioria dos assentados não diminui a importância da contribuição do PAA para a diversificação produtiva dos lotes, até porque, em alguns casos, a família produz o leite que é entregue para o laticínio da Cooperativa e também participa do PAA.

Essa diversificação produtiva contribui para uma **melhoria na alimentação da família camponesa assentada**. O camponês tem por característica orientar a maior parte de sua alimentação por aquilo que

é produzido em sua propriedade (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Como o PAA estimula a produção de alimentos diversificados, isso repercute numa alimentação familiar de melhor qualidade.

Ao ser indagado sobre a alimentação da família antes de aderir ao PAA e depois, J. A. disse o seguinte: "[...] a qualidade do alimento hoje... Nossa! É muito diferenciado. Antes a gente usava produto com agrotóxico e hoje nós trabalhamos somente com a agroecologia. A qualidade do alimento hoje é indiscutível" (J. A.–cooperado da Cooperjunho e beneficiário do PAA – 27/8/2014). Esse depoimento é interessante porque ele expressa que a alimentação da família do camponês entrevistado não melhorou somente quantitativamente, mas também qualitativamente, já que com o PAA ele foi estimulado a produzir com base em princípios agroecológicos, ao contrário de antes, quando para atender aos requisitos das grandes cooperativas com as quais comercializava seus produtos ele se via forçado a usar agrotóxicos.

O assentado V. C. também reconhece que com a participação do PAA foram inseridos na dieta familiar produtos que até então não a compunham:

> Pro meu consumo eu já tinha uma produçãozinha de horta, praticamente aumentou a produção de certos alimentos que eu não plantava e que agora eu planto. Por exemplo, dificilmente eu plantava brócolis e couve-flor, hoje eu tenho brócolis e couve-flor, antes eu não plantava; cenoura, eu não tinha cenoura direto, esses produtos eu não teria, na época eu não tinha (V. C.–cooperado da Cooperjunho e beneficiário do PAA – 27/8/2014).

Antes ele tinha uma horta, cuja parte da produção era destinada ao consumo familiar. Todavia, com a participação no PAA aumentou a diversidade de alimentos produzidos, e uma parte deles não é comercializada com o PAA, mas destinada ao consumo da família.

Além disso, a experiência da Cooperjunho com o PAA também aponta para uma **maior valorização do trabalho feminino**. O trabalho de Siliprandi e Cintrão (2011) já demonstrou que, apesar da maioria dos contratos do PAA ser feita pelo Cadastro de Pessoa Física (CPF) do homem, essa política pública se desenvolvia com uma considerável participação das mulheres nas etapas de produção e comercialização. No caso do assentamento "8 de Junho", a atuação das mulheres é mais intensa no que se refere ao beneficiamento.

Como já dissemos, na sede da Cooperjunho funciona uma padaria industrial na qual são produzidos bolos, pães, biscoitos, doces em compotas, entre outros. Esse trabalho é efetivado por um grupo de mulheres, cuja constituição é explicada por M. S.:

> Em 2005, a gente começou a produção, trabalhava quatro mulheres num espaço bem pequeno, com uns equipamentos que foram conseguidos num projeto da Secretaria do Trabalho, com o padre Roque, na época, e tinha também o pessoal da Secretaria do Trabalho de Guarapuava que amparou muito nós aqui. No começo, a gente conseguiu dois fornos à lenha e um a gás, e tinha cilindros pequenininhos. No começo a gente fazia pão na bacia, amassava na bacia, e a gente começou a entregar pra merenda escolar e pro pessoal que comprava. Daí foi crescendo a demanda, no PAA, PNAE, que é o Programa Municipal e Estadual, aí a demanda cresceu e nós precisamos de equipamentos, de estrutura, de espaço. [...] Como você vê, a gente já tem uma estrutura grande que já se tornou pequena pela produção (M. S.–

> cooperada da Cooperjunho e beneficiária do PAA – 27/8/2014).

Pelo relato fica evidente como o PAA, com o PNAE, contribuiu para que o trabalho efetivado pelo grupo de mulheres ganhasse um dimensionamento maior. Houve ampliação do espaço físico, foram adquiridos mais equipamentos, e a demanda aumentou. O grupo, que começou com quatro mulheres, hoje possui quarenta e cinco.

Além do fortalecimento desse grupo que trabalha com o beneficiamento dos produtos, o PAA também contribui para uma maior participação das mulheres no trabalho realizado dentro do lote. Isso porque, muitos produtos que são oferecidos para as entidades assistenciais são produzidos em pequenas quantidades, o que permite que as conciliem os afazeres domésticos com essas atividades.

Por fim, outro importante impacto causado pelo PAA é o **fortalecimento das atividades coletivas por parte dos assentados**. Como demonstramos, a formação da Cooperjunho teve como objetivo principal melhorar a participação dos assentados no mercado institucional de alimentos. Contudo, o depoimento do presidente da cooperativa deixa claro que os objetivos não devem ser exclusivamente esses:

> De início, o que sustentou, o que alavancou a própria cooperativa, foi o PAA. A gente sempre tem visto assim que a maioria das entidades não deveria se preocupar em ficar fixa no programa. Eu acho que o programa é bom pra dar força, pra dar capital, pra começar a se organizar, mais com o passar dos anos, ela vai ter que achar outros caminhos. Não pode ficar preso no programa. Pode trocar o governo daqui a dois, três anos e daí? Pode o programa não continuar, pode não ter

> recursos e daí vai indo e a entidade acaba junto. Então a gente tem essa preocupação. A nossa ideia é sempre ter 50% de venda do programa e 50% de venda não do programa, até porque se der problema num ou no outro a entidade e aí hoje tem umas trinta e poucas pessoas trabalhando conosco. Então, é complicado, de uma hora pra outra tem que parar (I. A.–presidente da Cooperjunho– 27/8/2013).

É interessante a preocupação com a criação de outras possibilidades de comercialização dos produtos camponeses, e não apenas por meio do PAA, apesar dessa política pública ter sido fundamental para a constituição da cooperativa. A possível mudança de governo, e o consequente encerramento das atividades do PAA, é o principal motivo para a busca de outras formas de comercializar seus produtos. Assim, principalmente por precaução, a cooperativa trabalha com outras atividades.

> A gente faz uma vez por mês o café colonial aqui. Chegam a vir cem, duzentas pessoas aqui no café colonial, um grupo que é bem diferenciado. São empresários, então, temos uma interação boa com a comunidade e por causa disso surgem bastantes encomendas também. Dizem: "Eu preciso de uma macarronada". Vem buscar. "Ah, eu preciso de 10 quilos de macarrão". "Quatro horas vem buscar". [...] Então, nós estamos pensando assim, aqui tem o *campus* da universidade federal que tem a lanchonete, a cantina e aí a gente resolveu concorrer na licitação. Ganhamos a licitação. Então, estamos vendendo lá, também. Não é que vai dar muito lucro aquilo lá, mais é um dinheiro mais à vista, mais direto. É mais pra gente ter um equilíbrio: cinquenta por cinquenta. Pra simplificar, hoje tem a questão da cantina, das refeições, esse tipo de venda assim. Vendemos por dia, já, em torno de umas trinta marmitas. Têm alguns que vêm almoçar aqui. A

> gente serve almoço, agora, é mais ou menos esses tipos de coisa (I. A.– presidente da Cooperjunho– 27/8/2013).

Nota-se que a cooperativa tem procurado diversificar suas atividades para não ficar dependente do PAA e de outras políticas públicas de compra institucional de alimentos. Isso é importante porque estimula o fortalecimento das práticas coletivas. Portanto, no assentamento "8 de Junho" o PAA também tem contribuído para a ampliação das atividades cooperativas para além do mercado institucional de alimentos.

5. Considerações finais

A execução do PAA no assentamento "8 de Junho" por meio da Cooperjunho tem ocasionado importantes impactos nas unidades de produção camponesas, melhorando a vida das famílias assentadas em diversos aspectos. Os principais resultados positivos são a melhoria e a garantida da renda, a diversificação produtiva e a consequente melhoria da alimentação das famílias beneficiárias, a valorização do trabalho feminino e a ampliação das atividades da cooperativa.

Nesse sentido, pode-se afirmar que essa política pública tem contribuído para a manutenção e reprodução do modo de vida e produção dos camponeses. Num contexto em que o êxodo rural se torna cada vez mais intenso no Brasil, o PAA tem se tornado uma medida que pode contribuir para a permanência das famílias assentadas no campo.

Dentre os problemas apresentados pela execução dessa política pública, merecem destaque a burocratização, que, além de dificultar a

elaboração de projetos, em alguns casos também contribui com o atraso dos pagamentos; a possibilidade de ela não ter continuidade em outros governos e, principalmente, o baixo valor da cota anual.

Contudo, é importante frisarmos que, conforme observamos no assentamento "8 de Junho", o PAA tem colaborado para a viabilização das unidades de produção camponesas. Assim, ele vem se tornando uma importante referência para que a reforma agrária contribua com a melhoria de vida das famílias assentadas e com a oferta de alimentos frescos e saudáveis na escala local.

Referências

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

BRASIL. Decreto nº 4.582, de 30 de janeiro de 2003a.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003b.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

BRASIL. Decreto nº 5.873, de 15 de agosto de 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

BRASIL. Decreto de nº6.447, de 7 de maio de 2008.

BRASIL. Lei nº12.512, de 14 de outubro de 2011.

BRASIL. Decreto nº7.775, de 4 de julho de 2012.

BANCO MUNDIAL. **Agriculture for development – world development report 2008**. Washington, 2008.

CEZIMBRA, E. N. **Desenvolvimento socioambiental no assentamento**

Oito de Junho. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco.

COCA, E. L. F. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu – PR. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n.26, p. 165-82, 2015.

COCA, E. L. F. A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a soberania alimentar no Pontal do Paranapanema. **Formação**, Presidente Prudente, v.2, n.23, p. 57-81, 2016a.

COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil:** o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. 2016b. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.

CPI-SP –COMISSÃO PRÓ-INDÍIO DE SÃO PAULO; MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS; MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Mercado institucional:** avaliação de programas no Brasil. São Paulo, 2014.

De SCHUTTER, O. **The Power of Procurement**. Roma: FAO, 2014.

GALINDO, E. P.; SAMBUICHI, R. R.; OLIVEIRA, M. A. C. Compras de produtos agroecológicos e orgânicos da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos. In: MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (Ed.).**PAA:** 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 184-207.

GRISA, C. et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v.8, n.3, p. 34-41, 2011a.

GRISA, C. et al. O programa de aquisição de alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: ROMANO, J.;

HERINGER, R. (Eds.). **A política vivida:** olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas. Rio de Janeiro: Actionaid/Ford Foundation, 2011b. p. 321-42.

LEÃO, M. M.; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional:**a experiência brasileira. Brasília: Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), 2009.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Brasília: Nead, 2009.

MDS –MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar:** renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Brasília, 2010.

MST –MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Carta à Presidenta Dilma Rousseff.** 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/02/13/leia-carta-do-mst-a-dilma.html>. Acesso em: 6 dez. 2016.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MÜLLER, A. L.; SILVA, M.; SCHNEIDER, S. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: p caso do Programa de Aquisição de Alimentos. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p. 106-38, 2012.

PORTO, S. I. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): 10 anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: MDS –MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (Ed.). **PAA:** 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014. p. 34-57.

SILVA, J. G. DA; GROSSI, M. E. DEL; FRANÇA, C. G. DE. **Fome zero:**

a experiência brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2010.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho:** estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

WITTMAN, H.; BLESH, J. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programs to sustainable rural development in Brazil. **Agrarian Change**, Londres, 2015.